



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE MARUIM/SE

Processo: 201974000077

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **KLEBY SANTOS SILVA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OBSCURIDADE

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão obscura em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OBSCURIDADE, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve obscuridade quanto a legitimidade dos autores ao recebimento **INTEGRAL** da indenização.

Ficou comprovado nos autos através da certidão de óbito que **a vítima era casada**, vejamos:

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
LUCIENE DOS SANTOS CONCEIÇÃO

MATRÍCULA
109884 01 55 2017 4 00047 119 0013771 - 03

SEXO
FEMININO

COR
PARDA

ESTADO CIVIL E IDADE
CASADA, 32 ANOS

NATURALIDADE
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
ELEITOR

Contudo, os autores sustentam que a vítima já era separada quando do seu falecimento e que inclusive haveria o processo de número 201374001394 nesse sentido.

Assim sendo as fls. 189 foi determinado a juntada, pelos autores, da sentença proferida nos autos do processo de número 201374001394.

Dessa forma as fls 195/196 foi juntada a sentença:

Número 201374001394	Classe Divórcio Litigioso	Competência Processo Maruim Físico
Guia Inicial 201311900979	Situação JULGADO	Distribuído Em: 24/10/2013
Julgamento 30/04/2014	Prioridade Máxima: Não	Caixa 20143460045
Segredo de Justiça SIM	Impedimento/Suspeição NÃO	Processo Sigiloso NÃO
Número Único: 0001435-53.2013.8.25.0043		

Requerente: LUCIENE DOS SANTOS CONCEIÇÃO	Dados da Parte
Requerido: ROGERIO SANTOS CONCEIÇÃO	Advogado(a): MARIANA CAVALCANTI DA SILVA FREITAS -- 7001/SE

Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso proposta por Luciene dos Santos Conceição em face de Rogério Santos Conceição.

Determinada a realização de audiência conciliatória, esta restou infrutífera (fl.24), ante a ausência da requerente.

Intimada, pessoalmente, para dar andamento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção, a autora quedou-se inerte, consoante certificado à fl. 27.

Eis o relatório.

Decido.

É perceptível nos autos, da análise da certidão de fl.27, que a parte autora não tem interesse no prosseguimento do feito, pois, apesar de devidamente intimada pessoalmente, optou em não dar andamento ao processo.

Posto isso, EXTINGO o processo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 267, III, § 1º, do Código de Processo Civil.

Conforme se verifica no presente processo houve sentença de extinção com base no art.267 CPC.

Portanto os autores não conseguiram comprovar que a vítima havia se separado.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge / companheiro(a), e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar que o marido, se enquadra na qualidade de principal beneficiário da vítima, contudo, como não é parte na presente demanda, deverá ser resguardada a sua parte, que como Ex-Companheira de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Tal situação se impõe, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do "pool" do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar o pagamento do mesmo valor já pago nesta demanda, pois não observada que ainda existe outros beneficiários.

Desta forma, ante a comprovada existência da ex-companheira do falecido, como é dele o direito sobre metade do valor indenizatório, incabível a condenação da Seguradora ao pagamento integral aos autores, deve ser observado que somente metade da indenização deve ser concedida a estes.

Neste ponto, requer seja verificada a obscuridade informada, em relação ao pagamento integral da indenização aos filhos da vítima.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto obscuro, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MARUIM, 24 de fevereiro de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

